



PROCESSO SELETIVO
2018
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Modalidade Demais Estágios: **SERVIÇO SOCIAL**

1. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do CARTÃO-RESPOSTA.
2. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
3. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, de **Conteúdo Específico**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D).
4. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no CARTÃO-RESPOSTA, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico: O descumprimento dessa instrução implicará na anulação da prova e na eliminação do certame.

“A TRISTEZA É APENAS O PRELÚDIO DA ALEGRIA”

5. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato.
6. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
7. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independente do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc., salvo se autorizado, previamente, pela Coordenadoria de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no Edital Regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista)
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais, permanecendo sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
9. A simples posse ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, mesmo que desligado, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato no certame.
10. Não será permitido ao candidato fumar, conforme determinado no art 49 da Lei Federal 12.546, de 14 de dezembro de 2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar **O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE ASSINADO E COM A FRASE TRANSCRITA** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no CARTÃO-RESPOSTA.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. **NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE SANITÁRIOS POR CANDIDATOS QUE TENHAM TERMINADO A PROVA.**
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível, também, no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>.

SERVIÇO SOCIAL

01. Questão social é um termo que passa a ser usado no século XIX, para dar conta do aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial. A alternativa abaixo que se refere a esse aspecto é:
- (A) pauperismo
(B) luta de classes
(C) desigualdade social
(D) cercamento dos campos
02. A questão social é produzida compulsoriamente pelo desenvolvimento capitalista. Com base nessa citação, pode-se afirmar que as diferentes fases do capitalismo produzem:
- (A) exclusão social
(B) uma nova questão social
(C) pauperismo absoluto e relativo
(D) novas expressões da "questão social"
03. O contexto descrito abaixo que ocorre a profissionalização e o desenvolvimento do Serviço Social é o:
- (A) pós 1ª guerra mundial, padrão de acumulação flexível, liberalismo econômico
(B) final do século XIX, aliança entre movimento filantrópico e Estado burguês, liberalismo econômico
(C) pós 2ª guerra mundial, padrão de acumulação taylorista/fordista, políticas anticíclicas de Estado impulsionadoras do crescimento econômico, regulação keynesiana da economia
(D) pós 2ª guerra mundial, padrão de acumulação flexível/toyotista, viabilização de salários indiretos por meio de políticas sociais públicas dinamizadoras do consumo de massa, regulação keynesiana da economia
04. No Brasil, sob o cenário dos anos 1990 de alterações no padrão de acumulação capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, com transformações na organização do trabalho impulsionadas pela revolução tecnológica e amplificadas pelas reformas políticas neoliberais do Estado foram introduzidas novas mediações históricas nas formas do enfrentamento da questão social, seja por iniciativas privadas ou do Estado. Esse contexto atingiu de modo particular os assistentes sociais como trabalhadores especializados no interior da divisão social e técnica do trabalho. Considerando esta totalidade, o requisito básico que se coloca para a profissão avançar perante os desafios postos é:
- (A) o rompimento com uma visão endógena e focalista do Serviço Social
(B) a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio
(C) a decodificação dos determinantes e das múltiplas expressões da questão social, eixo fundante da profissão
(D) a construção de propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes do cotidiano
05. Um dos desafios para o Serviço Social, na atualidade, é articular no âmbito da formação e do exercício profissional as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como fundamentais e complementares entre si. Considerando o texto "O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional", de lamamoto (1998), a alternativa que contém três armadilhas que necessitam ser ultrapassadas para esse fim é:
- (A) teorismo, fatalismo, tecnicismo
(B) teorismo, politicismo e tecnicismo
(C) empirismo, politicismo, voluntarismo
(D) militância, fatalismo, voluntarismo
06. No debate sobre as demandas profissionais no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, lamamoto (1998) centra sua exposição em torno de alguns temas ocultos no debate profissional. A alternativa que apresenta um desses temas é:
- (A) privilegiamento de análises economicistas das demandas profissionais, dos direitos sociais e das políticas sociais
(B) a profissão tem olhado menos para a sociedade e mais para o Estado. As reflexões sobre o fazer profissional têm priorizado a análise da intervenção do Estado, via políticas sociais públicas e daí extraído os seus efeitos na sociedade
(C) a complexidade dos instrumentos de trabalho (entrevistas, reuniões, plantão etc) é negligenciada, pois os instrumentos são entendidos como mero conjunto de técnicas não abrangendo o conhecimento como um meio de trabalho, sem o qual a atividade não se efetiva
(D) na compreensão das políticas sociais requisito fundamental para a ação profissional o Estado é secundarizado em detrimento das análises sobre os processos sociais que produzem e reproduzem a questão social e como são experimentados pelos sujeitos sociais nas suas relações cotidianas
07. As orientações neoliberais de minimização da ação estatal na garantia das condições básicas de vida do conjunto de trabalhadores reatualizaram práticas assistencialistas e reforçaram a seletividade dos atendimentos nas políticas públicas, em detrimento da universalização dos direitos sociais. Considerando as repercussões dessas orientações na organização do trabalho, a resposta profissional mais indicada é:
- (A) elaboração de critérios técnicos e instrumentos burocráticos para elevação do rigor na seleção do público beneficiado
(B) impossibilidade para a realização de qualquer trabalho do Serviço Social, considerando os obstáculos da realidade
(C) gestão racional e eficiente das verbas e do conjunto de medidas burocrático-administrativas para as políticas sociais e para efetivação da cidadania
(D) articulação com os sujeitos usuários das políticas públicas e com outras forças sociopolíticas de luta por defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação
08. Na relação entre o trabalho realizado pelo assistente social e os processos de trabalho institucionais, é correto afirmar que:
- (A) o trabalho do assistente social em diferentes contextos institucionais se apoia numa base comum que é acionada a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político que dá suporte à formação e ao exercício profissional
(B) considerando as particularidades do trabalho do assistente social no âmbito das políticas públicas, os fenômenos que abarcam o trabalho assalariado na sociedade capitalista não incidem sobre sua prática
(C) as análises sobre as inserções concretas dos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais não tendem a levar em consideração a sua participação em um processo de trabalho coletivo
(D) as ações profissionais não são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil que impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho profissional

09. Sobre a inserção e o trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, é correto afirmar que:
- (A) as empresas capitalistas são espaços sócio-ocupacionais recentes para o Serviço Social e data da década de 1980 sua atuação nos processos de educação formal, técnica e moral dos trabalhadores
 - (B) nas instituições públicas estatais, os processos de trabalho coletivo são organizados a partir da função social do Estado, em relação aos processos de distribuição do valor materializado, na forma de serviços sociais como expressão dos direitos sociais
 - (C) as Organizações Não Governamentais (ONGs) expressam um campo de atuação profissional presente desde os primórdios da profissão e demarcado por processos sociais contraditórios como as tendências de ampliação da esfera pública e da privatização do Estado
 - (D) o Serviço Social é legalmente uma profissão da saúde, que concentra o maior número de assistentes sociais, integrando um determinado modo de se pensar e organizar a saúde e seus serviços, o que impacta em processos de trabalho cujos sistemas cooperativos se estruturam contando com a presença deste profissional
10. Sobre a sistematização da prática para o Serviço Social, é correto afirmar que:
- (A) resume-se à geração de dados e informações
 - (B) é uma estratégia que viabiliza a constituição de um saber específico do Serviço Social
 - (C) é um esforço crítico, de natureza teórica sobre a condução da atividade profissional que ao mesmo tempo detém uma dimensão realimentadora da própria direção do trabalho
 - (D) no Brasil e nos demais países da América Latina teve o mesmo direcionamento e produziu a construção de procedimentos semelhantes em termos de sistematização das atividades profissionais
11. Pode-se declarar que a dimensão investigativa do exercício profissional do assistente social:
- (A) define as demandas de trabalho e o planejamento das ações
 - (B) garante a inclusão do conhecimento prático na formação acadêmica
 - (C) permite aos profissionais descortinar a realidade social aparente para compreender a essência de sua constituição
 - (D) tem por finalidade a pesquisa social para descrição da realidade concreta e apenas pode ser realizado a partir de condições ideais de trabalho
12. Sobre o conceito de interdisciplinaridade do trabalho em saúde, é correto afirmar que:
- (A) a garantia de suas práticas, efetivamente, baseia-se na inserção de profissionais de diferentes áreas do saber nos serviços de saúde
 - (B) as especialidades técnicas são compartimentalizadas enfatizando a ultra segmentação do corpo humano para uma atuação focalizada sobre a doença
 - (C) a profunda interação entre as áreas do conhecimento leva à construção de um campo autônomo de saber e de intervenção, a partir das diferentes disciplinas que o compõem
 - (D) pressupõe uma metodologia baseada na contribuição das diferentes profissões em exercícios autônomos e criativos que preservam a integridade dos seus métodos e conceitos em interações que tendam à horizontalidade
13. Considerando a perspectiva da interdisciplinaridade, a contribuição do Serviço Social para o trabalho em saúde, no âmbito do SUS, pode ser considerada como:
- (A) diminuição da tensão entre as lógicas do profissionalismo e da colaboração interprofissional
 - (B) desvelamento das condições de vida e de trabalho da população como condicionantes e determinantes da saúde
 - (C) manutenção dos interesses pragmáticos da profissão em garantir reserva de mercado, bem como em elevar o grau de dominação e controle sobre as outras categorias profissionais
 - (D) contextualização da atenção interdisciplinar no âmbito do SUS, prioritariamente nos indivíduos e instituições, pois são os espaços onde se materializa a disputa entre os projetos mais amplos para a saúde
14. No final do século XIX e início do século XX, ocorreu a mudança da natureza do Estado liberal que abrandou seus princípios e incorporou orientações social-democratas, com investimentos em políticas sociais. O fator determinante para essa mudança foi:
- (A) a manutenção de um Estado mínimo
 - (B) o controle do crescimento populacional
 - (C) o predomínio da liberdade e competitividade
 - (D) a mobilização e a organização da classe trabalhadora
15. O ideário neoliberal, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transforma as políticas sociais em ações compensatórias e pontuais. Dentro desse contexto, prevalece nas formulações de política social, o trinômio:
- (A) universalidade, estatização e centralização
 - (B) privatização, universalidade e centralização
 - (C) privatização, focalização e descentralização
 - (D) universalidade, liberdade e descentralização
16. De acordo com os dispositivos da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), do direito à saúde, um dos órgãos que deverá ser obrigatoriamente comunicado nos casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos é:
- (A) Conselho Municipal do Idoso
 - (B) Centro de Convivência do Idoso
 - (C) Subsecretaria de Políticas para o Idoso
 - (D) Casa de Atendimento Assistencial ao Idoso
17. De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a gestante e a parturiente têm direito a:
- (A) 1 (um) acompanhante de sua preferência somente durante o período do pré-natal
 - (B) 1 (um) acompanhante de sua preferência somente durante o período do trabalho de parto e pós-parto
 - (C) 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato
 - (D) 1 (um) acompanhante a ser determinado pela equipe médica, no período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato

18. Considerando o texto da Lei nº 8.080/1990, a atenção para as mulheres e vítimas de violência doméstica, em geral, corresponde a um dos princípios do SUS, que é:
- a organização de atendimento público específico e especializado
 - a descentralização político-administrativa
 - a participação da comunidade
 - o direito à informação
19. Nos termos da Lei nº 8.142/1990, a Conferência de Saúde é um espaço para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde. Sua realização é a cada:
- um ano
 - dois anos
 - quatro anos
 - cinco anos
20. Segundo Inojosa (2001), a intersectorialidade se define como:
- prática governamental centralizada que visa a alcançar metas e resultados
 - ações isoladas priorizando atendimento a parcelas mais vulneráveis da população
 - propostas de intervenção construídas somente pelo governo para enfrentar problemas complexos
 - articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, com vistas a resultados sinérgicos
21. As diretrizes de Atenção Integral à Saúde, da Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, no Brasil, preconizam a ampliação da cobertura assistencial em reabilitação compreendendo desde as unidades básicas de saúde, os centros de atendimento (em reabilitação) – públicos ou privados – e as organizações não-governamentais até os centros de referência em reabilitação, observando os princípios da:
- centralização, integração e participação popular
 - descentralização, integralidade e participação popular
 - centralização, equidade e hierarquização dos serviços
 - descentralização, regionalização e hierarquização dos serviços
22. Segundo Boschetti (2009), todos os princípios constitucionais vêm sendo gradualmente diluídos em sucessivas contrarreformas que visam à desestruturação da seguridade social. A alternativa que identifica um dos caminhos do desmonte da seguridade social é:
- uniformização e universalização dos direitos previstos constitucionalmente
 - aumento do valor de benefícios e diminuição do tempo de trabalho para aposentadoria
 - fragilização dos espaços de participação e controle democrático, tais como: Conselhos e Conferências
 - diversificação das fontes de recursos contribuindo para não incidir, predominantemente, sobre a folha de salários
23. Segundo Bravo (2006), ocorreu no Brasil, em 1986, um fato marcante que introduziu a discussão da saúde na sociedade brasileira. A autora se refere:
- ao 7º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva
 - ao 8º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde
 - à 8ª Conferência Nacional de Saúde
 - à 12ª Conferência Nacional de Saúde
24. A análise da política de saúde na década de 1980, no Brasil, tem três aspectos centrais. São esses aspectos:
- organização da saúde pública e medicina previdenciária, interiorização das ações para as áreas de endemias rurais, reorganização do Departamento Nacional de Saúde
 - política da questão saúde e aumento da consciência sanitária, mudança das práticas institucionais pelo fortalecimento do setor público e da universalização do atendimento
 - inserção das questões de higiene e saúde do trabalhador, tentativa da União em estender os serviços de saúde pública por todo o país, organização das medidas que se constituíram no embrião do esquema previdenciário
 - utilização do binômio repressão-assistência por parte do Estado, ampliação, burocratização e modernização da política de assistência em saúde, unificação da Previdência Social com a junção das IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões)
25. Nos anos 1990, ocorre o redirecionamento do papel do Estado a partir das influências e dos processos de implantação da Política de Ajuste Neoliberal. O quadro de forte ofensiva contra os avanços conquistados na Constituição de 1988 derivou no âmbito da saúde na disputa entre dois projetos antagônicos, que são:
- reformador/conservador
 - saúde popular/elitista de saúde
 - progressista/projeto reacionário
 - reforma sanitária/privatista de saúde
26. Nos anos 1990, o projeto da reforma sanitária apresentou algumas requisições para o Serviço Social. Uma delas é:
- o aconselhamento como uma das formas de atuação psicossocial
 - a democratização do acesso aos serviços de saúde
 - a fiscalização dos usuários dos planos de saúde
 - a prática do assistencialismo
27. Os autores Bravo e Matos (2006) apresentam algumas proposições para a reflexão contemporânea sobre a atuação competente e crítica do Serviço Social, na área da saúde, sendo uma delas:
- a articulação com movimento dos trabalhadores e usuários para efetivação do SUS
 - a fragmentação do trabalho do assistente social nas diferentes especialidades da medicina
 - o privilégio das intervenções do Serviço Social sobre as atuações dos demais profissionais
 - a concepção do fazer profissional direcionado unicamente para o conjunto de ações diretas com os usuários
28. O Código de Ética do Assistente Social se fundamenta em valores e princípios. O valor central que orienta tanto o Código de Ética como o Projeto Ético Político do Serviço Social é:
- liberdade
 - neutralidade
 - luta de classes
 - questão social

29. A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, Capítulo II, Art. 9º, determina que “a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso”. A alternativa correspondente ao Art. 9º é:
- manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por tempo indeterminado
 - em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, o profissional de saúde deverá comunicar de imediato o ocorrido à autoridade policial para ser feito o registro de ocorrência
 - é garantido a mulher em situação de violência doméstica, apenas a que não possua recursos financeiros, acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado
 - a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual
30. Referindo-se ao Código de Ética do Assistente Social, pode-se afirmar que é vedado a esse profissional:
- intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a seu pedido, em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada
 - garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais
 - empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais
 - incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar
31. Netto (2006), destaca que os projetos profissionais, construídos por um sujeito coletivo, “apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)”. Com referência ao texto, as organizações que representam o Serviço Social no Brasil são:
- CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, sindicatos e associações de assistentes sociais
 - CFESS/CRESS, ABEPSS, CAPES, sindicatos e associações de assistentes sociais
 - CFESS/CRESS, CBAS, ABEPSS, ENESSO, sindicatos
 - CFESS/CRESS, ABEPSS, CREAS, CAPES, associações de assistentes sociais
32. As discussões do Conjunto CFESS/CRESS, no âmbito da ética e dos direitos humanos, resultaram, no ano de 2011, em alterações no Código de Ética Profissional para além de adequações formais das novas regras da língua portuguesa, expressando, também, o posicionamento do Projeto Ético-Político. A alternativa correta é:
- os avanços nas discussões acerca dos direitos da população LGBT pela livre opção sexual
 - o reconhecimento da linguagem de gênero, com vistas a contribuir para a negação do machismo na linguagem
 - o reconhecimento da linguagem de gênero, devido ao reconhecimento de que a categoria é majoritariamente constituída por mulheres
 - adotar em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente, expressa um posicionamento político com a formalidade das regras ortográficas da língua portuguesa
33. De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, Art. 7º, da relação com as instituições empregadoras e outras, pode-se afirmar que o dever do assistente social é:
- substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência
 - ter acesso aos programas institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessários ao pleno exercício das atribuições profissionais
 - dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional
 - programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente
34. A autora Magali Almeida (2013), preconiza, com base no Código de Ética do Assistente Social, em relação ao princípio da não discriminação:
- a escolha de referenciais conservadores é uma exigência teórica para um exercício profissional neutro e isento de discriminações de qualquer ordem
 - a interlocução com os movimentos sociais como mediação para a defesa da diversidade humana é uma importante estratégia para avançar nos desafios ao exercício profissional
 - a análise segmentada dos processos sócio-políticos que produzem as desigualdades sociais é a mais eficaz, visto que a discriminação está fundamentada no preconceito e representa uma atitude irracional
 - a apreensão da diversidade como valor, condição e direito do ser social plenos na sociabilidade burguesa e a confiança nos direitos legalmente instituídos são basilares para uma atuação direcionada para a efetivação dos direitos humanos
35. O Projeto Ético Profissional do Serviço Social se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir dessa perspectiva, a fundamentação correta é:
- a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional
 - trata-se de uma profissão, que sendo também uma ciência, dispõe de teoria própria, fato que não impede que seus agentes realizem estudos, pesquisas, etc
 - o histórico conservador do Serviço Social brasileiro constitui a base sobre a qual se formulou o projeto profissional contemporâneo
 - as disputas e tensões que se processam no interior dos corpos profissionais configuram a base eclética do projeto profissional hegemônico na atualidade

36. Das relações com os usuários, o Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece que esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional é:
- (A) dever
 - (B) direito
 - (C) vedado
 - (D) opcional
37. Nogueira e Monteiro (2013) apontam que as linhas de interpretação da relação entre Estado e família baseiam-se em distintas concepções de família. Em relação às classes sociais e membros, a configuração familiar é diferenciada em:
- (A) nuclear e extensa
 - (B) simples e complexa
 - (C) homogênea e heterogênea
 - (D) estruturada e desestruturada
38. Os direitos e deveres dispostos na Portaria nº 1.820/2009, constituem a carta dos direitos e deveres dos usuários da saúde, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. O documento foi elaborado a partir de seis princípios básicos de cidadania. Pode-se afirmar que um desses princípios é:
- (A) todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada
 - (B) todas as pessoas são iguais perante a lei e têm os direitos e deveres consagrados [...], sem distinção de raça, língua, crença ou qualquer outra distinção
 - (C) todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade
 - (D) todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de lhe assegurar e, também, à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis
39. Nos parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde, há destaque crítico à homofobia institucional, que pode ser identificada em processos, atitudes e comportamentos que manifestam discriminação a usuários LGBTs, impedindo o acesso aos direitos por preconceito e por incapacidade técnica do espaço sócio-ocupacional para prover um serviço apropriado para as pessoas devido à sua orientação sexual ou à identidade de gênero. Considerando essa contextualização pode-se afirmar que:
- (A) o Projeto Ético Profissional define normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual para pessoas do mesmo sexo
 - (B) é direito do assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar estigmas ou estereótipos de discriminação em relação à livre orientação sexual
 - (C) o Código de Ética do Assistente Social, nos Art. 3º e 5º, orienta a intervenção ética e política dos assistentes sociais nas unidades de saúde com vistas à reflexão crítica e à superação da homofobia institucional
 - (D) o assistente social deverá contribuir para eliminar, no seu espaço de trabalho, práticas discriminatórias e preconceituosas utilizando a denúncia às demais categorias profissionais nos conselhos profissionais específicos
40. Segundo Muniz e Brotto (2016), a proposta de integrar a atenção das urgências à rede de atenção primária e ao atendimento de média e alta complexidade, oferecido pelos hospitais gerais, sofreu fortes críticas. Pode-se afirmar que a justificativa dessa crítica foi:
- (A) auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Município (TCM) do Rio de Janeiro
 - (B) garantir ações e serviços organizados em uma rede regionalizada e hierarquizada, compondo um sistema único
 - (C) não conseguir garantir a pactuação entre os diferentes níveis de atenção, e as ações e serviços permaneceram descoordenados, justapostos e fragmentados
 - (D) atraso no salário dos trabalhadores, não pagamento de fornecedores e prestadores de serviço e fechamento de algumas unidades de saúde e setores essenciais, como CTIs e muitos outros serviços